

Frente Brasil Popular tem a primeira reunião com Maílson da Nóbrega

por Ivanir José Bortot
de Brasília

A assessoria econômica do "candidato" da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva, após o primeiro encontro com o ministro da Fazenda, Maílson Fefreira da Nóbrega, defendeu o aperfeiçoamento do atual sistema de controle de preços feito pelas câmaras setoriais, assim como a aplicação de um redutor negociado para a inflação, de tal forma que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) possa atingir algo em torno de 10%, em dezembro de 1990.

O trabalho de controle da inflação deverá iniciar antes mesmo da posse do novo presidente. A área econômica da Frente Brasil Popular pretende apresentar logo após o segundo turno, caso vença as eleições, um conjunto de medidas para reduzir a expectativa inflacionária como realinhamento de preços, salários e tarifas, para que seja aplicado no atual governo. As atuais câmaras setoriais passariam a contar com a participação de representantes dos trabalhadores.

A política de abastecimento e preços, a médio e longo prazo, da Frente Brasil Popular, poderá passar pela redefinição de prioridades, na aplicação dos subsídios públicos, e pela constituição de novas ins-

tâncias de controle, na hipótese de não ser possível aproveitar o Conselho Interministerial de Preços (CIP) e a Secretaria Especial de Administração de Preços (SEAP). "Temos que promover um realinhamento de preços, tarifas e salários para estabelecer um índice comum e, a partir daí, estabelecermos uma meta descendente de inflação, como o mecanismo fundamental de gestão de preços", explicou o diretor de orçamento da secretaria municipal de São Paulo, Guido Mantega.

A equipe da Frente Brasil Popular, que ontem mesmo manteve um encontro com o titular da SEAP, Edgar Cardoso de Abreu, e o titular da secretaria de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Mikal Gatenkraut, não descarta a possibilidade de adotar uma política de subsídios para colocar na mesa da população alimentos mais baratos. Isso seria possível com a implantação de uma revisão global da atual política, tida como irracional, na distribuição dos recursos públicos.

Os setores econômicos oligopolizados, como bens duráveis, eletroeletrônicos, bens de capital, os segmentos de alumínio, cimento e outros, deverão continuar com mecanismo de controle de preços rígido.